Atuação do CGEE na temática clima, desenvolvimento sustentável, recursos naturais e terras secas

Entrevista por Bianca Torreão

Terras secas, mudança do clima, desenvolvimento sustentável e recursos naturais são alguns dos temas cujos debates têm recebido importantes colaborações do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), na agenda internacional, nos últimos anos. E para falar sobre o protagonismo do Centro nessas discussões e na elaboração de propostas de soluções para as demandas que envolvem essas temáticas, o economista Antonio Rocha Magalhães, estudioso das questões ligadas ao desenvolvimento sustentável do Semiárido e ao Combate à Desertificação, concedeu entrevista à revista Parcerias Estratégicas.

Ele relata essa trajetória com a autoridade de quem presidiu o Comitê de Ciência e Tecnologia da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação. Foi, ainda, membro do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) e do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC). Entre outras atuações, trabalhou no Banco Mundial, como oficial principal do País; no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, como secretário executivo; e no Governo do Estado do Ceará, como secretário de Planejamento. Ex-professor de Economia da Universidade Federal do Ceará e de Políticas Públicas na Universidade do Texas, atualmente coordena estudos e pesquisas sobre o Semiárido no CGEE.

Imagem: Emília Félix

Para Antonio Magalhães, não pode haver um Brasil desenvolvido com um Semiárido não desenvolvido.

O CGEE participou ativamente das atividades da reunião internacional *Clima, desenvolvimento sustentável e recursos naturais*, realizada em Agadir, no Marrocos, como uma etapa preparatória para a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 22). Como o senhor avalia os resultados dessa iniciativa?

O CGEE, juntamente com o Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD), da França, e a Universidade Ibn Zohr, de Agadir, no Marrocos, promoveu essa reunião internacional, de 11 a 13 de maio de 2016, com os objetivos de discutir resultados recentes de estudos e análises metodológicas relacionados com ciência, tecnologia, inovação (CT&I) e mudança climática, no contexto da nova agenda de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas, e também debater oportunidades para a cooperação e o intercâmbio de experiências nessa temática, entre a África, a América Latina e a Europa.

> Uma das recomendações [da Declaração de Agadir] foi a de criação de um Centro ou uma Plataforma de Pesquisa pela Universidade Ibn Zohr, orientada para educação, pesquisa e inovação, no contexto de mudança climática e desenvolvimento sustentável.

Além do Brasil, da França e de Marrocos, participaram representantes de muitos outros países dos três continentes, inclusive México e Senegal. Foram três dias de apresentações e debates profícuos, que tiveram, entre outros desdobramentos, a produção da Declaração de Agadir, com as principais recomendações do encontro. Os resultados, em geral, foram muito positivos e deverão orientar debates e ações futuras de cooperação entre os países participantes dos três continentes, especialmente no tocante às chamadas terras secas. Uma das recomendações foi a de criação de um Centro ou uma Plataforma de Pesquisa pela Universidade Ibn Zohr, orientada para educação, pesquisa e inovação, no contexto de mudança climática e desenvolvimento sustentável. Uma instituição com tais características poderá desempenhar um papel importante no intercâmbio de conhecimentos, de experiências e de pesquisadores entre África, Europa e América Latina.

O Centro tem desenvolvido, ao longo de vários anos, diversos estudos sobre a temática terras secas. Em sua opinião, como essa contribuição tem impactado o Semiárido brasileiro?

O CGEE tem promovido, nos últimos anos, em parceria com outras instituições brasileiras e estrangeiras, várias iniciativas importantes sobre o tema das terras secas, em geral, e do Semiárido, em particular. Um evento relevante foi a realização, em 2010, da Conferência Internacional sobre Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas, denominada de ICID+18

(em função de ter ocorrido 18 anos após a primeira ICID, em 1992). Os principais parceiros do CGEE nessa programação foram o governo do Ceará e os ministérios da Ciência e Tecnologia; do Meio Ambiente; e da Integração Nacional. Essa conferência, que ocorreu em Fortaleza e era preparatória para a Rio+20, reuniu cerca de 3 mil participantes, oriundos de 84 países de todos os continentes e das instituições internacionais mais reconhecidas. Além do seu impacto direto, que foi levado à Rio+20, a ICID+18 contibuiu para a realização de outras duas importantes conferências regionais, a ICID Mendoza, na Argentina, e a ICID Niamey, no Niger, ambas em 2011. Esse processo permitiu o desdobramento em decisões que levaram a um acordo tripartite entre França, Brasil e um bloco de países africanos para a realização de pesquisas sobre as terras secas naquele continente. Essa foi uma iniciativa que envolveu ativamente, além do CGEE, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Brasil; o IRD e sua agência, AIRD, da França; e a Agência Pan-africana para a Grande Muralha Verde (APGMV), da África, que representa mais de 10 países daquele continente. Várias pesquisas de destaque, envolvendo times das três partes, ainda se encontram em implementação.

> O CGEE tem promovido, nos últimos anos, em parceria com outras instituições brasileiras e estrangeiras, várias iniciativas importantes sobre o tema das terras secas, em geral, e do Semiárido, em particular.

Outras iniciativas desenvolvidas pelo CGEE no período incluíram a produção de livros sobre temas ligados ao Semiárido brasileiro, como *A questão da água no Nordeste*; o estado da arte sobre *Desertificação, degradação da terras e secas no Brasil*; e as implicações para o Brasil no cumprimento da meta 15.3 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, que trata de esforços para alcançar um mundo neutro em termos de degradação de terras até 2030. O CGEE também coordenou a realização de um Plano de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável do Nordeste, organizou um Portfolio de Tecnologias para o desenvolvimento sustentável do Semiárido e preparou uma base de dados com mais de 5 mil pesquisadores brasileiros que têm como tema de estudos esse bioma brasileiro. Essas iniciativas oferecem grande contribuição para organizar o conhecimento sobre a Região Semiárida e para elevar o nível de conscientização da população e dos tomadores de decisão.

Qual é o papel da ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento sustentável da região Semiárida?

A CT&I tem um papel fundamental para o desenvolvimento do Semiárido. Diferentemente de outras regiões onde clima e solo não são restrições tão acentuadas, o Semiárido tem limites mais estreitos para o desenvolvimento de atividades que dependem dos recursos naturais. Por exemplo, é sempre possível melhorar um pouco a produtividade da agricultura de sequeiro. No entanto, as limitações de solo e água impõem um freio para o aumento de produtividade. Os

riscos climáticos tornam a atividade agrícola pouco interessante, de modo que o retorno de investimentos nessa área é sempre muito incerto. Nesse quadro, a CT&I é importante para permitir aumentar um pouco a produtividade e melhorar as condições da região semiárida, de modo a manter uma população e uma civilização. Sem a contribuição da CT&I, os limites de vida no Semiárido podem ser muito mais estritos.

No caso de atividades que são pouco dependentes dos recursos naturais, como, por exemplo, aquelas que tratam de questões industriais e urbanas, a CT&I pode ter um papel ainda mais importante.

> [...] a CT&I é importante para permitir aumentar um pouco a produtividade e melhorar as condições da região semiárida, de modo a manter uma população e uma civilização. Sem a contribuição da CT&I, os limites de vida no Semiárido podem ser muito mais estritos.

A interiorização do ensino superior e técnico, por exemplo, tem um papel importante na melhoria das condições de vida da região. Esse papel da CT&I no desenvolvimento regional poderia ainda ser aumentado se fossem assegurados investimentos adequados em centros de pesquisa e de tecnologia, de modo a criar maior capacidade de invenção e de desenvolvimento de novas oportunidades no Semiárido. Isso, evidentemente, depende de investimentos que exigem decisões políticas. Tais decisões políticas se justificariam facilmente, considerando-se que o desenvolvimento do Semiárido interessa não apenas aos moradores da região, mas a todos os brasileiros. Não pode haver um Brasil desenvolvido com um Semiárido não desenvolvido.

O CGEE foi um dos principais articuladores da Iniciativa de CT&I para o Desenvolvimento Sustentável das Terras Secas da América Latina e Caribe (AridasLAC), criada em 2013. Qual é a importância dessa iniciativa para a região e, em particular, para o Brasil?

A Iniciativa AridasLac decorreu diretamente do processo da ICID+18, realizada em 2010. Durante essa Conferência, uma reunião em Mesa de Diálogo entre parceiros latino-americanos e europeus identificou claramente a necessidade de maior articulação e ação no tocante aos estudos e às pesquisas sobre as terras secas da América Latina e do Caribe. O tema continuou em debate na ICID+19, em Mendoza, e também na Rio+20, no Rio de Janeiro. Em 2013, ao longo da programação da I Conferência Científica da Iniciativa Latino-americana e Caribenha de Ciência e Tecnologia para o Combate à Desertificação (ILACCT), realizada em Sobral, no Ceará, várias instituições nacionais e internacionais assinaram um documento chamado Acordo de Sobral, criando oficialmente a Iniciativa AridasLac. Esse documento foi assinado por órgãos e instituições como o Ministério da Integração Nacional; a Agência Nacional de Águas; a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Ceará; o IRD, da França; a Comissão Econômica para a América

Latina (Cepal) e o Instituto Argentino de Pesquisa sobre Zonas Áridas (IADIZA), entre outros. O CGEE foi o principal organizador e promotor dessa iniciativa. A AridasLac deveria criar uma rede de pesquisadores e instituições de pesquisa, ciência e tecnologia, em toda a região, bem como elaborar um Panorama da Degradação de Terras e Desertificação na América Latina e no Caribe

> Embora as fontes de recursos ainda não estejam equacionadas, espera-se que a Iniciativa [AridasLac] se coloque amplamente em movimento, produzindo mais informações e ligando pesquisadores e estudiosos de toda a região na busca de soluções para os problemas das terras secas.

(AridasLac Outlook - como se convencionou chamar em inglês). Com esse objetivo, o CGEE conduziu, no Brasil, com a parceria da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme), um levantamento completo sobre a situação de degradação de terras, desertificação e secas no Semiárido brasileiro, como uma contribuição brasileira para a Iniciativa AridasLac. Esse estudo foi publicado em livro pelo CGEE e representa uma das principais contribuições já realizadas até hoje sobre a situação das terras secas do Nordeste brasileiro.

A Iniciativa AridasLac ainda se encontra em construção. O seu Comitê Gestor, formado por representantes de importantes instituições da América Latina e da Europa, se reúne duas vezes por ano. Embora as fontes de recursos ainda não estejam equacionadas, espera-se que a Iniciativa se coloque amplamente em movimento, produzindo mais informações e ligando pesquisadores e estudiosos de toda a região na busca de soluções para os problemas das terras secas. Esse trabalho é da maior importância porque preenche uma lacuna de conhecimento sobre uma das questões mais importantes para o desenvolvimento do continente, isto é, a situação das secas, da degradação de terras e da desertificação na América Latina e no Caribe.

Além desse lançamento recente do livro sobre *Desertificação, degradação da terra e seca no Brasil*, o CGEE também divulgou, em 2016, as versões em Português e Inglês da publicação *Degradação neutra da terra: o que significa para o Brasil*? Em sua avaliação, como o País tem lidado com esses temas? Podemos apontar avanços? O senhor considera que essa temática tem sido priorizada para promover o desenvolvimento sustentável?

A primeira das publicações citadas [*Desertificação, degradação de terras e seca no Brasil*] representa um trabalho de grande envergadura, realizado nos últimos dois anos pelo CGEE, em parceria com a Funceme. Esse trabalho traz o estado da arte sobre o tema no nosso País, incluindo um novo mapa sobre a situação de desertificação (degradação extrema) em áreas do Semiárido brasileiro. Foram coordenadas contribuições de vários estudiosos e pesquisadores de universidades e instituições

de pesquisa do Nordeste, com a utilização de imagens de satélites e a validação de especialistas locais. O segundo trabalho é, na verdade, uma brochura sobre o tema da degradação neutra de terras e suas implicações para o Brasil. Trata-se de uma avaliação feita por um grupo de especialistas brasileiros, especialmente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e da Funceme, reunidos pelo CGEE para identificar a questão e discutir as implicações para o nosso País referentes ao cumprimento da meta aprovada pelas Nações Unidas, no que diz respeito a alcançar um mundo neutro em termos de degradação de terras. A conclusão é a de que o Brasil pode não apenas cumprir essa meta com folga, como, sobretudo, teria muito a beneficiar-se do seu cumprimento, em razão de dispor de tecnologias e de experiências que potencialmente ajudam não somente a organizar os trabalhos internamente no País, mas também a subsidiar a participação do Brasil em processos de cooperação Sul-Sul e Sul-Norte-Sul.

> Esse conhecimento, na verdade, ainda precisa ser trazido para o nível dos tomadores de decisão, de modo que os temas envolvidos possam ser transformados em prioridades para o desenvolvimento sustentável do País.

Esses temas precisam ser mais conhecidos e mais debatidos para que possam ser priorizados na agenda de desenvolvimento sustentável do País. Sem dúvida, são dois assuntos importantes e que, em vários pontos, se confundem. No entanto, o conhecimento sobre eles ainda está, muitas vezes, restrito aos especialistas e pesquisadores do tema, isto é, àqueles cientistas que se dedicam ao estudo da desertificação e da degradação de terras, bem como da recuperação de terras degradadas. Esse conhecimento, na verdade, ainda precisa ser trazido para o nível dos tomadores de decisão, de modo que os temas envolvidos possam ser transformados em prioridades para o desenvolvimento sustentável do País. Daí a importância do trabalho realizado pelo CGEE, na sua contribuição para aprofundar e disseminar o conhecimento e propiciar a ligação entre os cientistas, os tomadores de decisão e os negociadores do País em fóruns internacionais.